

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO
PARANÁ S.A. - CEASA PR**

CURITIBA - PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 02/2026
(Demonstrações Financeiras Intermediárias em
30 de junho de 2026 e 2025)

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. - CEASA PR
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre as informações trimestrais - ITR

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Relatório do auditor independente sobre as informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros, Diretores e Administradores da
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. - CEASA PR
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. - CEASA PR (“Companhia”)** referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R3) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R3) e a IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

O exame do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025 e a revisão das respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2026, apresentados para fins de comparação foram conduzidos por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 27 de fevereiro de 2026 e relatório de revisão especial datado 19 de agosto de 2025, sem ressalvas.

Curitiba - PR, 28 de agosto de 2026.

Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PR N° 3.942/O-6

CVM N° 519/3



Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9
CNAI N° 5344



Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR N° 051096/O-0
CNAI N° 6254

Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.
CNPJ 75.063.164/0001-67
Curitiba – PR

Demonstrações Financeiras Intermediárias dos períodos
findos em 30 de junho de 2026 e 2025

Balanço Patrimonial
Em 30 de junho de 2026 e 31/12/2025

ATIVO	Nota	30/06/2026	31.12.2025
Circulante		116.217	118.328
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	105.153	105.439
Direitos Realizáveis		11.064	12.889
Contas a Receber de Clientes	5	10.471	12.458
Estoques		29	26
Outros Direitos Realizáveis	6	412	370
Despesas do Exercício Seguinte		152	35
Não Circulante		237.576	226.811
Realizável a Longo Prazo		3.352	1.808
Contas a Receber de Clientes	5	338	424
Depósitos Judiciais	7	3.014	1.384
Imobilizado Próprio de Uso	8	233.996	224.951
Intangível	9	227	52
TOTAL DO ATIVO		353.793	345.139

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Balanco Patrimonial
Em 30 de junho de 2026 e 31/12/2025

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2026	31.12.2025
Circulante		6.234	8.713
Fornecedores	10	1.144	622
Obrigações Sociais e Fiscais	11	2.335	2.917
Provisão de Férias e Encargos	12	1.836	1.507
Dividendos Propostos	13	-	3.030
Outras Obrigações	14	918	638
Não Circulante		52.539	52.668
Provisão para Contingências Judiciais	15	5.535	5.436
Tributos Diferidos Passivos	16	47.004	47.232
Patrimônio Líquido	17	295.020	283.758
Capital Social Realizado	17.1	135.314	56.314
Reserva de Capital	17.2	9.758	88.758
Reservas de Lucros		58.706	46.999
Ajustes de Avaliação Patrimonial		91.243	91.687
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		353.793	345.139

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstrações dos Resultados

Demonstração do Resultado do Exercício

		Em Milhares de Reais			
		01/04/26	01/04/25	01/01/26	01/01/25
		a	a	a	a
Nota		30/06/26	30/06/25	30/06/26	30/06/25
Receita Líquida	18	11.472	9.175	20.719	17.554
Despesas/Receitas Operacionais		(14.308)	(9.219)	(17.311)	(18.306)
Gerais e Administrativas	19	(12.739)	(6.471)	(20.171)	(13.722)
Remuneração e Encargos dos Administradores	20	(683)	(699)	(1.338)	(1.032)
Depreciação e Amortização	8 e 9	(1.056)	(2.087)	(2.071)	(3.186)
Outras Despesas e Receitas Operacionais		170	38	6.269	(366)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(2.836)	(44)	3.408	(752)
Resultado Financeiro Líquido	21	3.564	1.073	7.062	2.314
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		728	1.029	10.470	1.562
Impostos de Renda e Contribuição Social Corrente	22	(1.249)	(109)	(2.466)	(2.723)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	23	229	250	229	250
Lucro/(Prejuízo) do Período		(292)	1.170	8.233	(911)
Lucro/(Prejuízo) por Ação - R\$ 1,00		(0,01)	0,02	0,15	(0,02)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	01/04/26	01/04/25	01/01/26	01/01/25
	a	a	a	a
	30/06/26	30/06/25	30/06/26	30/06/25
Lucro Líquido do Período	(292)	1.170	8.233	(911)
Outros Resultados Abrangentes	-	486	-	486
Resultado Abrangente do Período	(292)	1.656	8.233	(425)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

01/01/2026 a 30/06/2026

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
		Adiantamento Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucros para Expansão	Lucros ou Prejuízos Acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	56.314	88.758	3.126	8.231	25.971	9.893	91.465	283.758
Adiantamento p/futuro Aumento de Capital		(79.000)						-
Aumento de Capital - 68º AGE	79.000							79.000
Ajustes Adoção CPC 27 Imobilizado								-
Realização da mais valia - Depreciação						336	(336)	-
Reversão de tributos diferidos						(114)	114	-
Lucro líquido do período						8.233		8.233
Reversão Dividendos (57ºAGO)					3.030			3.030
Saldos em 30 de junho de 2026	135.314	9.758	3.126	8.231	29.001	18.348	91.243	295.020

01/01/2025 a 31/12/2025

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
		Adiantamento Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucros para Expansão	Lucros ou Prejuízos Acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	56.314	9.758	2.383	6.745	24.485	-	92.660	192.345
Realização da mais valia - Depreciação						736	(736)	-
Reversão de tributos diferidos						(250)	250	-
Lucro líquido do período						(911)		(911)
Reversão Dividendos (56º AGO)	-	-	-	-	580	-		580
Saldos em 30 de junho de 2025	56.314	9.758	2.383	6.745	25.065	(425)	92.175	192.015

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
**Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR
 Curitiba - PR**
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 Método Indireto**

	Em Milhares de Reais	
	01/01/26	01/01/25
	a	a
	30/06/26	30/06/25
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>		
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	10.470	1.562
Ajustes por:		
Provisão para Contingências Judiciais	99	(964)
Depreciação e amortização	2.077	2.091
Provisão para Credores Duvidosos	1.452	168
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial	(444)	(485)
Reversão de tributos diferidos	(229)	-
Recuperações e reversões	(6.269)	-
Lucro Ajustado	7.156	4.360
IR e CS Pagos	(2.466)	(2.723)
(Aumento) Diminuição nos Ativos Operacionais		
Clientes	621	567
Estoques	(3)	(28)
Outros Direitos Realizáveis	(42)	(48)
Despesas do Exercício Seguinte	(117)	(896)
Depósitos Judiciais	(1.630)	685
Aumento (Diminuição) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	522	1.497
Obrigações Sociais e Fiscais	(582)	(325)
Provisão de Férias, 13º Salário e Encargos	329	187
Outras Obrigações	280	(615)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	4.068	2.661
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>		
Aquisições de Imobilizados	(5.046)	(13.497)
Aquisições de Intangíveis	(41)	-
Baixas Ativo Imobilizado	851	1.503
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(4.236)	(11.994)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	-	-
Aumento (Redução) dos Fluxos de Caixa	(286)	(10.837)
Variação do Período do Caixa e Equivalentes de Caixa	(286)	(10.837)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	105.439	46.116
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	105.153	35.279

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Centrais de Abastecimento do Paraná S.A – Ceasa PR
Notas Explicativas às Informações Intermediárias do Período Findo em
30 de junho de 2026
(Valores em milhares de reais)

Nota 1. Contexto Operacional

As Centrais de Abastecimento do Paraná S.A – Ceasa/PR, tem como objetivo construir, instalar e administrar centrais de abastecimento e mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e comercialização de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, bem como administrar, permitir e realizar a cessão onerosa de bens imóveis e espaços comerciais vinculados às suas unidades, destinados às atividades de abastecimento. Adicionalmente, poderá efetuar a compra, venda, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, diretamente a varejistas e/ou consumidores, exclusivamente quando lhe couber a participação em programas sociais, em consonância com a política governamental

Participar dos planos e programas do governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais Unidades do Sistema e Entidades Vinculadas ao Setor.

Firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, pertinentes as suas atividades.

Desenvolver, em caráter subsidiário e auxiliar, na política econômica do Governo, estudos e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional.

Estabelecer e desenvolver relações de troca de serviços e técnicas com as demais entidades vinculadas à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação Inter organizacional no setor público agrícola do Estado.

1.1 Imunidade Tributária

Em março de 2026, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Cível Originária nº 3.729/DF, reconheceu à Companhia, enquanto mantidos os requisitos aferidos na decisão, a imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal, relativamente aos impostos federais incidentes sobre seu patrimônio, renda e serviços. A decisão transitou em julgado em maio de 2026, passando a Companhia a observar os efeitos decorrentes do reconhecimento judicial da imunidade tributária dos referidos impostos federais.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As informações intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As informações intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas

informações intermediárias estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de informações intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações intermediárias, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.2 Instrumentos Financeiros

2.2.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de “Receitas Financeiras e Despesas Financeiras”.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui caixas e equivalentes de caixa (nota explicativa “4”), nessa classificação.

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 30 de junho de 2026, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui contas a receber de clientes (nota explicativa “5”), nessa classificação.

Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

Outros passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 30 de junho de 2026, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa “10”).

2.2.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos/(perdas) líquidos" no período em que ocorrem.

2.2.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa (PCLD) constituída com base na RD 1246/2023 e na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

2.5. Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear. As taxas foram estabelecidas em função do tempo de vida útil fixadas por espécie de bens. No exercício de 2010 os principais bens integrantes do Ativo Imobilizado foram mensurados ao

valor justo, qual referem-se ao "deemed cost", relativo à adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS passivo diferido, em conformidade com o disposto na NBC TG 1000 (R1), baseados em laudos internos de avaliação.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item venham a fluir para a entidade e quando

o custo puder ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou componentes substituídos é baixado. Os demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas na alienação de ativos são apurados pela comparação entre o valor da venda e o respectivo valor contábil, sendo reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "outros ganhos (perdas), líquidos".

Em atendimento ao disposto na Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados periodicamente, com o objetivo de verificar a adequação das estimativas utilizadas. Eventuais alterações nas estimativas de vida útil econômica ou nos valores residuais são reconhecidas de forma prospectiva, como mudança de estimativa contábil, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

As taxas médias de depreciação por grupo de ativos, em 30 de junho de 2026, são apresentadas a seguir:

Grupo	Vida Útil Média Ano	Taxa Média
Obras Civas	55	4,03%
Instalações	10	10%
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10,3	10,04%
Equipamentos de Informática	6,83	14,53%
Móveis e Utensílios	13,1	9,59%
Veículos	12	20,42%

2.7. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis.

2.8. Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos de correção monetária até 31/dez./95, conforme artigo 4º da Lei nº 9.249 de 26/dez./95.

2.9. Contas a Pagar - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme mencionamos na nota explicativa "10".

2.10. Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.11. Adiantamento Futuro Aumento de Capital

A Companhia possui valores de aportes do Governo do Estado do Paraná, acionista majoritário, na rubrica adiantamento para futuro aumento de capital, cujos comprovantes estão contidos no sistema integrado de documentos do Estado do Paraná,

Protocolo Físico nº 8.002.075-9 e Digital nº 15.918.311-4, ora em tramitação para fins de incorporação ao capital social, em futura Assembleia Geral Extraordinária.

2.12. Provisões para Contingências

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "15".

2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes são calculadas com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Regime tributário da Companhia: Lucro Presumido.

2.14. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Receita decorrente da prestação dos serviços é reconhecida na medida em que os serviços são prestados.

Nota 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas informações intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa “15”.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.

Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, remuneradas a uma taxa média equivalente a 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A composição de caixa e equivalentes de caixa apresentava os seguintes saldos em 30 de junho 2026 e 2025.

	30/06/2026	31/12/2025
Bancos conta movimento	3.234	560
Aplicações de liquidação imediata	101.920	104.879
	105.153	105.439

Nota 5. Contas a Receber de Clientes

A Companhia realizou o levantamento de informações referente a credores duvidosos e, para a data base 30 de junho de 2026, a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD, no ativo circulante, totalizou R\$ 9.425.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes permissionários	19.912	0	20.438	86
(-) Juros a apropriar	(16)	-	(7)	-
Créditos judiciais de clientes	-	338	-	338
(-) Provisão para credores duvidosos	(9.425)	-	(7.973)	-
	10.471	338	12.458	424

O aumento da PDD, de R\$ 7.773 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 9.425 em 30 de junho de 2026, decorre, principalmente, de valores em aberto relacionados à licitação realizada em julho de 2025. Em conformidade com a RD 1.246 de 18/12/2023 da Companhia, os valores relevantes vencidos há mais de 180 dias foram provisionados como perda esperada de crédito.

Nota 6. Outros Direitos Realizáveis

A composição dos outros direitos realizáveis estava assim representada em 30 de junho de 2026 e 2025.

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento a Fornecedores	3	24
Antecipações de férias e 13º	405	-
Adiantamentos para viagens e despesas	5	3
Valores a Transcorrer	-	342
	412	370

Nota 7. Depósitos Judiciais

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos Judiciais	3.014	1.384
	3.014	1.384

Depósitos judiciais correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis e trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações. No período findo em 30 de junho, quando comparado a 31 de dezembro de 2025, houve

um aumento de R\$ 1.630, decorrente do depósito judicial efetuado no âmbito da ação de reconhecimento de imunidade tributária ajuizada pela Ceasa, referente ao IPTU incidente sobre a unidade de Curitiba.

Nota 8. Imobilizado

Demonstramos nos quadros a seguir, as movimentações do Imobilizado ocorridas no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2026:

Imobilizado	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Taxa Média de Depreciação	30/06/2026	31/12/2025
				Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	110.060	-	-	110.060	110.098
Edificações	151.935	(40.583)	4,03%	111.352	107.952
Instalações	3.447	(1.737)	10%	1.710	2.072
Móveis e Utensílios	3.739	(172)	9,59%	3.567	1.032
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	4.304	(377)	10,04%	3.927	3.024
Veículos	2.030	(909)	20,42%	1.121	773
Equipamentos de informática	2.436	(178)	14,53%	2.258	-
Total	277.951	(43.954)		233.996	224.951

Imobilizado	Saldo 31/12/2025	01/01/2026 a 30/06/2026			Saldo 30/06/2026
		Adições	Baixas/ajustes	Depreciações	
Terrenos	110.060	-	-	-	110.060
Edificações	108.927	4.287	(577)	(1.284)	111.353
Instalações	1.792	7	74	(163)	1.710
Móveis e Utensílios	3.640	40	49	(162)	3.567
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	3.465	374	295	(207)	3.927
Veículos	1.161	-	38	(78)	1.121
Equipamentos de informática	2.828	338	(730)	(177)	2.259
Total	231.873	5.046	(851)	(2.071)	233.996

Imobilizado	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	30/06/2025	31/12/2024
				Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	110.098	-	110.098	110.098	110.098
Edificações	129.659	(36.561)	93.098	84.390	84.390
Instalações	3.636	(1.622)	2.014	2.100	2.100
Móveis e Utensílios	2.047	(1.257)	790	738	738
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	4.293	(1.870)	2.423	1.544	1.544
Veículos	2.140	(1.015)	1.125	705	705
Aparelhos de Telecomunicação	114	(108)	6	72	72
Outras Imobilizações	1	-	1	1	1
Total	251.988	(42.433)	209.554	209.554	199.648

Imobilizado	Saldo 31/12/2024	01/01/2025 a 30/06/2025			Saldo 31/06/2025
		Adições	Baixas/ajustes	Depreciações	
Terrenos	110.098		-	-	110.098
Edificações	84.390	11.038	(753)	(1.577)	93.098
Instalações	2.100	-	103	(189)	2.014
Móveis e Utensílios	738	82	30	(60)	790
Máquina, Equipamentos e Ferramenta	1.544	1.396	(300)	(217)	2.423
Veículos	705	980	(516)	(44)	1.125
Aparelhos de Telecomunicação	72	1	(67)		6
Outras Imobilizações	1	-	-		1
Total	199.648	13.497	(1.503)	(2.087)	209.554

Nota 09. Intangível

O ativo intangível da Entidade é composto exclusivamente por softwares adquiridos de terceiros, correspondentes a licenças de uso de programas de computador, reconhecidos ao custo de aquisição, conforme previsto na NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Softwares	329	133
(-) Amortização Acumulada	(102)	(81)
	<u>227</u>	<u>52</u>

Vida útil e amortização

Os softwares Cordon e Microsoft Office não possuem vida útil definida. Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e são amortizados pelo método linear, com base na estimativa de vida útil econômica atribuída a cada.

- Autocad – Vida útil estimada – 3 anos – Taxa de Amortização: 2,78% a.m;
- Easyjur - Vida útil estimada – 1 ano – Taxa de Amortização: 8,33% a.m;

Outras informações

A Entidade não possui ativos intangíveis gerados internamente. No período, não foram reconhecidas perdas por desvalorização (impairment) ou reversões, tampouco realizadas reavaliações. Não ocorreram baixas, não há ativos classificados como mantidos para venda, nem foram registradas variações cambiais relacionadas a ativos intangíveis. Ademais, não existem ativos intangíveis oferecidos em garantia.

A movimentação do valor contábil do ativo intangível no período foi a seguinte:

			30/06/2026	31/12/2025
Imobilizado	Custo Aquisição	Amortização	Valor Residual	Valor Residual
Cordon	7	-	7	44
Autocad	33	(6)	27	4
Easyjur	-	(3)	(3)	4
Microsoft office	144		144	-
Total	184	(9)	175	52

Intangível	Saldo 31/12/2025	01/01/2026 a 30/06/2026			Saldo 30/06/2026
		Adições	Baixas/ajustes	Amortização	
Cordon	44	7	-	-	51
Autocad	4	33	-	(6)	31
Easyjur	4	-		(3)	1
Microsoft office	-	144	-	-	144
Total	52	184	-	(9)	227

Nota 10. Fornecedores

Em 30 de junho de 2026 e 2025, o saldo de fornecedores e contas a pagar, referente às aquisições de bens e serviços decorrentes das atividades operacionais da entidade, apresentava a seguinte composição:

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores de Serviços	1.144	613
Fornecedores de Materiais	-	9
	1.144	622

O aumento do saldo de fornecedores no segundo trimestre de 2026 decorre do ciclo operacional da Companhia, sendo recorrente a redução dos saldos ao final do exercício e sua recomposição nos primeiros meses do exercício seguinte em função das obrigações assumidas para manutenção das atividades.

Nota 11. Obrigações Sociais e Fiscais

Os saldos das obrigações referem-se aos encargos sociais da folha, impostos retidos na fonte e tributos sobre o lucro das atividades da empresa. Estavam assim compostos em 30 de junho de 2026 e 2025.

	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações Sociais		
INSS, FGTS e IRRF S/ Folha de Pagamento	644	841
Outras Obrigações a pagar	40	-
Obrigações Fiscais		
IRPJ	-	949
CSLL	932	464
PIS	34	21
COFINS	158	96
Imposto de Renda de Terceiros	31	16
Seguridade Social	246	192
ISS	140	278
PIS/COFINS/CSLL Retidos	110	60
	2.335	2.917

A redução dos valores relativos ao IRPJ decorre do reconhecimento judicial da imunidade tributária recíproca da Companhia, prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, relativamente aos impostos federais incidentes sobre seu patrimônio, renda e serviços. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal transitou em julgado em maio de 2026, produzindo os efeitos correspondentes no período.

Nota 12. Provisões para Férias e Encargos

As provisões e os encargos sobre férias e 13º salário estavam compostas, em 30 de junho de 2026 e 2025, da seguinte forma.

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de Férias	975	1.114
Provisão INSS e FGTS s/Férias	344	393
Provisão 13º Salário	383	-
Provisão INSS e FGTS s/13º Salário	135	-
	1.836	1.507

Nota 13. Dividendos Propostos

O saldo dos dividendos estava composto da seguinte forma em 30 de junho de 2026 e 2025.

	30/06/2026	31/12/2025
Dividendos Propostos	-	3.030
	-	3.030

Em 24 de abril de 2026, por ocasião da 57ª Assembleia Geral Ordinária – AGO, foi deliberada a destinação dos dividendos anteriormente propostos para reinvestimento na Companhia, permanecendo os respectivos recursos destinados ao fortalecimento de sua estrutura patrimonial e financeira, bem como ao suporte de suas atividades operacionais e dos investimentos necessários à continuidade e ao desenvolvimento de suas operações.

Nota 14. Outras Obrigações

O saldo das outras obrigações em 30 de junho de 2026 e 2025 apresentava a seguinte composição:

	30/06/2026	31/12/2025
Débitos de Terceiros	-	4
Adiantamento de Clientes	849	564
Fundo de Reserva	69	69
	918	638

Nota 15. Provisão para Contingências

A Companhia é parte em ações Cíveis e Trabalhistas com probabilidade de perda PROVÁVEL, que devem ser registradas na contabilidade. Apresentavam os seguintes saldos em 30 de junho de 2026 e 2025.

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões para Contingências Trabalhistas	5.199	5.196
Provisões para contingências Cíveis	337	240
	5.535	5.436

A Companhia é parte em ações Cíveis e Trabalhistas com probabilidade de perda POSSÍVEL, para as quais as normas contábeis recomendam a divulgação dos valores envolvidos nas mesmas, sendo o saldo final no período findo em 30/06/2026 e 30/06/2025, respectivamente:

Ações Trabalhistas: R\$ 4.890

Ações Trabalhistas: R\$ 1.330

Ações Cíveis: R\$ 4.005

Ações Cíveis: R\$ 2.578

Nota 16. Tributos Diferidos Passivos

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a conta registrava os seguintes saldos.

	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ - Diferido	34.562	34.730
CSLL - Diferida	12.442	12.503
	47.004	47.232

Nota 17. Patrimônio Líquido

O capital social está representado por 135.314.102 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando R\$ 135.314.102, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país.

- Reserva de lucros: O saldo restante da conta de lucros acumulados, deduzidos das destinações propostas no exercício, será destinado a reservas de lucros a disposição dos acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.
- Dividendos Propostos: No decorrer do 2º trimestre de 2026, não foram propostos dividendos aos acionistas.

- c) Lucro por ação: O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações:

Nota 17.1. Capital Social

Demonstramos no quadro a seguir a posição dos acionistas em 30/06/2026.

Acionistas	Capital - R\$	Participação - %
Estado do Paraná	135.030.825	99,790652%
Município de Cascavel	161.545	0,119385%
Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – CODAPAR / IDR - PR	58.202	0,043013%
Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE	37.265	0,027540%
Município de Maringá	16.563	0,012240%
Município de Curitiba	5.034	0,003720%
Município de Londrina	4.632	0,003423%
URBS – Cia de Urbanização de Curitiba	36	0,000027%
TOTAL	135.314.102	100,00%

17.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

O saldo se refere a adiantamento para futuro aumento de capital ainda não efetivado e estava assim composto em 30 de junho de 2026 e 31/12/2025.

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento para Aumento de Capital (AFAC)	9.758	9.758
	9.758	9.758

Nota 18. Receitas Líquida

A receita líquida estava assim composta em 30 de junho de 2026 e 2025:

	30/06/2026	30/06/2025
Prestação de Serviços Mercado Interno	21.526	18.296
Deduções da Receita Bruta	(806)	(742)
Vendas Canceladas	-	(1)
Desconto Incondicionais	(6)	(76)
Impostos e Contribuições	(800)	(665)
	20.719	17.554

Nota 19. Despesas Gerais e Administrativas

O detalhamento da conta e seus respectivos saldos apresentavam-se da seguinte forma em 30 de junho de 2026 e 2025.

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com Pessoal	(3.496)	(3.296)
Ocupação	(40)	(7)
Utilidades e Serviços	(10.899)	(7.007)
Despesas Gerais	(3.380)	(4.639)
Impostos e Taxas	(904)	(456)
Despesas com Provisões	(1.452)	1.683
	(20.171)	(13.722)

Nota 20. Remuneração dos Dirigentes

No período de 01/jan./26 a 30/jun/26 a remuneração com dirigentes representa R\$ 1.338 e R\$1.032 no mesmo período do ano 2025.

Nota 21. Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido estava assim composto em 30 de junho de 2026 e 2025:

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas Financeiras		
Multas Contratuais	97	98
Juros Ativos	206	90
Rendas Títulos e Valores	6.934	2.143
Atualização Monetária	-	8
Descontos Obtidos	2	3
	7.239	2.342
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(31)	(25)
IOF	(17)	(3)
Descontos Concedidos	(128)	-
	(177)	(28)
Resultado Financeiro Líquido	7.062	2.314

No comparativo entre os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025, observa-se aumento significativo nas receitas de aplicações em títulos e valores mobiliários, decorrente principalmente do aporte de capital de R\$ 79 milhões recebidos pela Companhia em dezembro de 2025. Os recursos, mantidos aplicados em instituições financeiras, resultaram em maior volume de aplicações e, conseqüentemente, em incremento dos rendimentos auferidos no primeiro semestre de 2026.

Nota 22. IRPJ e CSLL Corrente

Os saldos das provisões sobre o lucro, em 30 de junho de 2026 e 2025, estavam da seguinte forma.

	30/06/2026	30/06/2025
Provisão Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(1.220)	(1.999)
Contribuição Social Lucro Líquido	(1.246)	(724)
	(2.466)	(2.723)

Nota 23. IRPJ e CSLL Diferidos

Em 30 de junho de 2026 e 2025, os saldos das contas de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos apresentavam a seguinte composição:

	30/06/2026	30/06/2025
Imposto de Renda Diferido	168	184
Contribuição Social Diferida	61	66
	229	250

Nota 24. Seguros

Em 30 de junho, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, podem ser assim demonstradas:

MODALIDADE	EVENTOS	IMPORTÂNCIA SEGURADA	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO POR EVENTO	VIGÊNCIA
SEGURO VIDA FUNCIONÁRIO - HDI	Morte, IEA - Indenização Especial por Acidente (Morte Acidental), IPA - Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, IFPDa - Inv. Funcional Permanente Total por Doença (Antec.), Assistência Funeral Familiar - Com Reembolso - R\$ 5.000,00	R\$ 2.485.000,00	R\$ 35.000,00	09/09/2025 a 08/09/2026
R.C ADMINISTRADORES & DIRETORES (D&O)	DIRECTORS & OFFICERS	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	07/02/2026 a 06/02/2027
SEGURO VEÍCULOS - HDI Seguros do Brasil S.A	Danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, danos morais	100% da tabela FIPE, R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	26/05/2026 a 25/05/2027
SEGURO VEÍCULOS - Mapfre Seguros Gerais SA	Básica - Colisão/ Incêndio/ Roubo/ Furto, danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, danos morais	100% da tabela FIPE, R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	19/05/2026 a 18/05/2027

As edificações não estão seguradas, devido ao alto custo apresentado pelas seguradoras para as atividades desenvolvidas pela Companhia. A Diretoria executiva está avaliando outros meios para que reduzam os riscos, dentro de valores suportáveis pela instituição.

Não está incluída no escopo dos trabalhos de nossos auditores a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pelas Centrais de Abastecimento do Paraná.

Nota 25. Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD

A partir de agosto de 2020 entrou em vigor a Lei nº 13.709/18, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD, que estabelece regras sobre a coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais gerenciados

pelas empresas. Esta Lei afetará todas as organizações que colem, usem, armazenem ou processem de alguma forma, dados pessoais (de pessoas físicas) de colaboradores, clientes ou fornecedores e tem por objetivo a proteção da privacidade dos dados pessoais, que implicará na adoção de medidas administrativas, procedimentais e estruturais para garantir a aplicação da Lei.

A Lei de Transparência exige hoje publicações de dados diversos, o que vem sendo cumprido pela CEASA/PR em sua íntegra, resguardadas as observações e responsabilizações pertinentes, ao uso indevido dos dados ali contidos. Cabe salientar que a Lei Geral de Proteção de Dados, hoje passa por todos os níveis da Instituição, onde demanda de ações e cuidados junto aos prestadores de serviços de forma geral, os quais demandarão de cláusulas contratuais específicas, em especial aos fornecedores de suporte de TI (mídias disponíveis), com acessos diversos, dentre outros, o que operacionalmente em suas renovações, vem sendo observado no contexto da gestão com foco na LGPD.

Para informação junto ao corpo funcional, consta nos prontuários individualizados dos empregados o envio e informe do uso de cartilha desenvolvida pela CGE Controladoria Geral do Estado, onde apresenta as informações relevantes e conceituações da LGPD, para conscientização dos empregados.

Curitiba (PR), 28 de agosto de 2026.

assinado digitalmente

João Luiz Buso
Diretor Presidente
CPF 358.668.459-20

assinado digitalmente

Antônio Leonardecz
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91

assinado digitalmente

Andrea Domingues Favarim
Diretora Administrativo Financeira
CPF 714.060.189-53

assinado digitalmente

Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20

assinado digitalmente

Luciana Leite Cunha
Contadora CRC-PR 079877/O-1
CPF 080.334.796-04

Documento: **DFseNotasExplicativas2T2026.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Joao Luiz Buso** em 17/09/2026 14:50.

Assinatura Avançada realizada por: **Luciana Leite Cunha (XXX.334.796-XX)** em 16/09/2026 15:23 Local: CEASA/DIFIN, **Antonio Leonardecz (XXX.795.979-XX)** em 16/09/2026 15:53 Local: CEASA/DT, **Andrea Domingues Favarim (XXX.060.189-XX)** em 16/09/2026 16:09 Local: CEASA/DAF.

Assinatura Simples realizada por: **Paulo Ricardo da Nova (XXX.926.019-XX)** em 19/09/2026 16:45 Local: CEASA/DA.

Inserido ao protocolo **26.086.958-2** por: **Luciana Leite Cunha** em: 16/09/2026 15:21.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: